

Flutuar versus centralizar

■ Medida de ontem seria sinal de que não há intenção de que o BC centralize o câmbio

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA – A decisão do Banco Central, ontem, de iniciar a unificação da taxa de câmbio – eliminando a existência de dois segmentos, o de taxas livres e o de taxas flutuantes – é uma medida que nega qualquer intenção, pelo menos até agora, de fazer uma centralização cambial. Aliás, não haveria a menor lógica de primeiro deixar a taxa de câmbio flutuar para depois centralizar o câmbio no BC. Uma coisa é contrária à outra.

O Brasil viveu dois momentos de liberdade cambial. No Império, quando era permitido emitir letras de câmbio no exterior, boa parte dos empreendimentos do Barão de Mauá foram financiados por esse expediente. Hoje (desde a consolidação das normas cambiais em 1992), quando a liberdade é infinitamente maior. No passado mais recente, na

década de 80, durante a crise da dívida externa, a centralização foi total. Isso significa que os dólares existentes na economia ficam nas mãos do Banco Central e é esta instituição que decide quais os credores do país que vão receber e quais os que ficarão no fim da fila.

Concordata – Na prática, centralização cambial é uma moratória. Melhor, é uma concordata. É uma medida que não vem sozinha. Tem que ser seguida de controle de importações, já que os dólares que o BC tem em mãos são em quantidade inferior à necessária para os pagamentos comprometidos no exterior. Também cabe ao governo decidir o que o país vai importar. Na década de 80, havia longas listas de produtos de importação proibida.

O BC, portanto, assume formalmente a responsabilidade pela dívida externa privada e pública, e o ônus é dividido com a sociedade. Hoje, da

dívida total de US\$ 220 bilhões, cerca de US\$ 120 bilhões correspondem a débitos contraídos pelo setor privado. Centralizar significa “estatizar a dívida externa”, resume Nathan Blanche, da consultoria Tendências e um especialista em câmbio no país.

Fazer uma centralização, portanto, significa uma brutal volta ao passado, que só faz sentido quando não há mais nenhuma providência a ser adotada. Ninguém aciona uma medida dessa natureza por opção. Só quando é forçado por uma constatação inexorável: o país faliu. A saída de dólares é arbitrada pelo BC e ninguém imagina que, nesse regime, dólares entrem no país.

Esclarecimento – Diante da profusão de boatos sobre o que será feito, caso o modelo de política de livre flutuação seja mal-sucedido, seria bastante útil que o governo deixasse muito claro se o caminho da centralização está ou não sob consi-

deração. Ontem o porta-voz do palácio do Planalto, Sérgio Amaral, disse que o presidente da República “lamenta” a existência desses boatos.

Sobre outros boatos, como a saída do ministro da Fazenda, Pedro Malan, fontes do palácio do Planalto dizem que o presidente Fernando Henrique já se cansou de tanto desmentir e que ninguém mais vai se dar ao trabalho de fazê-lo. O ministro não será substituído.

Os sinais que o governo emite, contudo, são contraditórios. Introduz a livre flutuação do câmbio e faz supor que terá que haver mais cortes de gastos públicos. Para compensar os efeitos da desvalorização e dos juros sobre o déficit nominal, o presidente cria grupos para incentivar a produção e o emprego com dinheiro do sistema bancário estatal federal. Não se trata de ser contra a produção e o emprego, mas de saber para que lado vai o governo.